



GT 43. Etnografias da deficiência

Coordenador(es):

Adriana Abreu Magalhães Dias (UNICAMP)

Fagner Carniel (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 1 - Objetivações Corporalizadas e Deslocamentos Epistêmicos

Debatedor/a: Pedro Lopes (ESCOLA DA CIDADE - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

Sessão 2 - Movimentações e mutações no ativismo da Deficiência

Debatedor/a: Nádia Elisa Meinerz (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Sessão 3 - Limites e Impasses nas Políticas Públicas

Debatedor/a: Natan Monsores de Sá (UNB - Universidade de Brasília)

O presente GT apresenta a temática da deficiência como uma experiência multidimensional e impulsionadora de inúmeros desafios de análise, e aceitaremos trabalhos sobre as relações entre deficiência e doenças raras e temas como classe, gênero, raça, ciclo de vida, condição de trabalho, cuidado, vida autônoma e interdições, de modo a refletir as variadas "narrativas da deficiência" e processos classificatórios. Serão, ainda, aceitos trabalhos sobre movimentos por políticas públicas para pessoas com deficiência e doenças raras nos temas de mercado de trabalho, educação, saúde, assistência social, serviços de apoio, incluindo assistentes pessoais, intérpretes de língua de sinais, entre outros. Gostaríamos, ainda, de receber reflexões sobre algumas provocações: a primeira se detém na discussão se a deficiência deve ser apenas objeto de estudo da Antropologia, ou sujeito dela. Privilegia-se nesse debate os trabalhos de pesquisadores/as com deficiência e/ou suas experiências de campo. A segunda refere-se à questão do desejo, seminal para enfrentar a negatividade histórica em torno do tema, haja vista a potência perturbadora, desestabilizadora e agitadora da categoria deficiência para a pesquisa e produção teórica. A terceira provocação diz respeito à questão Ontológica, e as relações entre o tema e outros como animais (ex. equoterapia, cães de trabalho e suporte), objetos (cadeiras de rodas, bengalas, pulmões de aço), tecnologias (fala computadorizada, smartphones), linguagens.

Etnografando normas e números: corponormatividade e ausência de pessoas com deficiência nas universidades e institutos federais brasileiros

Autoria: Luiz Mello de Almeida Neto (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Esta proposta visa a etnografar criticamente o processo de inserção de pessoas com deficiência nas comunidades acadêmica e escolar das instituições federais de ensino no Brasil ? 63 universidades federais e 38 institutos federais ?, tendo como ponto de partida as ações afirmativas legalmente previstas no âmbito da educação e do work. Sua justificativa primeira é a necessidade de compreender melhor as maneiras como as instituições federais de ensino têm aplicado a previsão legal de reserva de vagas para pessoas com deficiência em processos de seleção de estudantes de graduação (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016) e em concursos para servidoras/es públicos federais ? técnico-administrativas/os e docentes (Lei nº 8.112/1990 e Decreto nº 9.508/2018). A partir do mapeamento realizado, o que se observa é que, a despeito das ações afirmativas em curso, ainda é muito pouco expressiva, quando pensada quantitativamente, a presença de pessoas com deficiência nas universidades e institutos federais no Brasil, como se depreende dos levantamentos realizados pelo INEP/MEC e pelo Fonaprace/Andifes. No caso dos processos de seleção de estudantes para ingresso no ensino médio e na graduação em instituições federais,



merecem especial destaque seu caráter recente (a partir de 2017) e os impasses relativos à definição de deficiência, para efeito da fixação dos percentuais de reserva de vagas a partir dos dados coletados pelo Censo Demográfico de 2010, como estabelecido na mencionada lei aprovada em fins de 2016. No que diz respeito a docentes, o número de vagas reservadas para pessoas com deficiência nos concursos públicos é muito inferior ao mínimo legalmente previsto, inexistente em muitos casos. Por fim, a constatação mais relevante ? e preocupante - é que, segundo dados do Censo da Educação Superior 2018, do INEP, o número de estudantes e de docentes com deficiência, em todas as instituições federais de ensino, é muito inferior ao percentual correspondente a esse grupo social no conjunto da população brasileira, com a ressalva de que o referido censo não faz o registro de (d)eficiência do grupo dos técnico-administrativos das universidades e institutos federais. Acompanhar como tem sido o preenchimento de vagas reservadas para pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino ? e contribuir para sua continuidade ? parece especialmente relevante neste momento, quando as ações do Poder Executivo federal estão cada vez mais fundadas em princípios neoliberais, onde o mérito individual é visto como única prerrogativa para a inserção escolar e profissional, independente de quaisquer marcadores sociais da diferença que produzam situações estruturais de subalternidade, como se observa especialmente em relação à (d)eficiência, etnia e cor/raça.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: